

Resenha do livro “Thorstein Veblen: O Teórico da Economia Moderna. Teoria econômica, psique e estética da ordem patriarcal”, de Murillo Cruz. Primeira edição, 2013/2014.

Márcio Gimene de Oliveira

Analista de Planejamento e Orçamento

Thorstein Veblen (1857-1929) é considerado um dos maiores economistas de todos os tempos. A originalidade e a perspicácia de suas análises inspiraram gerações de pesquisadores e formuladores de políticas públicas desde o *New Deal* e o movimento tecnocrático estadunidense do início dos anos 1930. No Brasil, dos onze livros publicados por Veblen, somente dois tiveram traduções para o português: *The Theory of the Leisure Class* (A Teoria da Classe Ociosa); e *The Theory of Business Enterprise* (A Teoria da Empresa de Negócios, traduzido como A Teoria da Empresa Industrial). Dos poucos trabalhos publicados sobre Veblen por autores brasileiros nenhum se compara em abrangência e profundidade ao livro objeto desta resenha¹, que foi publicado pelo professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Murillo Cruz, de quem tive o privilégio de ser aluno.

O principal mérito da obra de Murillo Cruz é a sua capacidade de apresentar de maneira didática a trajetória intelectual e as principais contribuições teóricas de Veblen, permitindo ao leitor melhor compreender passagens cruciais dos textos do economista estadunidense que ainda hoje permanecem obscuras para o grande público.

Veblen nasceu em uma família de fazendeiros noruegueses (que imigrou para os Estados Unidos em 1847), na cidade de Cato, distrito de Manitowoc, em Wisconsin, às vésperas de um dos períodos mais conturbados e importantes da história estadunidense, caracterizada pelo acelerado processo



1 O livro pode ser acessado gratuitamente em: <https://sites.google.com/site/murillocruzfilho/>.

de industrialização e por conflitos que levariam o país à Guerra Civil (1861-1865). E faleceu em agosto de 1929, pouco antes da quebra da bolsa de Nova Iorque e da depressão econômica que a sucedeu. Desde a infância, Veblen se inquietou com o contraste entre, de um lado, o tratamento da terra como fonte e meio de subsistência e trabalho ordenado e objetivo (*workmanship*), e, de outro lado, as práticas predatórias dos comerciantes que viam a terra e as atividades agrícolas como mera fonte de lucro especulativo. Veblen notou que muitos fazendeiros e homens de negócios estavam mais preocupados com a obtenção de ganhos pecuniários do que com a produção diligente ou com melhorias para a comunidade como um todo. É a partir desta distinção entre o trabalho eficaz e as atividades predatórias que Veblen extrai a argumentação central da sua obra.

Nesta trajetória, dentre as inúmeras influências teóricas e literárias exercidas sobre o imaginário de Veblen, Murillo destaca o clássico *Looking Backward: 2000-1887*, publicado em 1888 por Edward Bellamy. O romance trata do deslocamento no tempo de um cidadão (Julian West) de Boston, que se encontrava hipnotizado em dependências subterrâneas de uma construção quando ocorre uma grande catástrofe. Quando Julian West acorda, 113 anos depois, isto é, no ano 2000, encontra-se diante de uma sociedade radicalmente diferente, onde as relações sociais e econômicas, e as instituições, foram transformadas e cristalizadas em uma ordem socialista justa, equilibrada e materialmente desenvolvida. A narrativa do livro é a explicação feita pelo tutor de Julian West, o Dr. Leete, de como esta *nova ordem* funcionava.

Nela a moeda foi abolida, e os cidadãos usavam uma espécie de *cartão de crédito* onde abatiam as suas aquisições para as suas necessidades. A riqueza privada foi extinta e submetida à riqueza coletiva, reinando um igualitarismo econômico. Toda a produção e a distribuição eram centralmente planejadas. E isto era obtido não pelo abandono da industrialização ou do progresso técnico. A *nova ordem* de Bellamy estimulava e incorporava todos os desenvolvimentos científicos e tecnológicos seguindo uma lógica de centralização crescente do capital (material), e estabelecendo uma espécie de monopólio total, de tal forma, que, pela nacionalização, o Estado tornava-se o único proprietário do capital. A Nação, explica o Dr. Leete para Julian West, encontra-se organizada como uma grande Corporação de Negócios, na qual todas as demais corporações foram absorvidas. Assim, pela eliminação dos desperdícios das empresas privadas, e aproveitando os ganhos de produtividade do sistema mecânico da fábrica (automatizada), era possível repartir os ganhos entre todos os cidadãos, que viviam em abundância com jornadas reduzidas de trabalho.

Em seu romance Bellamy denuncia, por meio do Dr. Leete, que no século 19 havia uma dicotomia de interesses entre os *homens de negócios* e a comunidade, com os *homens de negócios* restringindo a produção para obterem maiores lucros pessoais: “Isto, Sr. West, é o que era designado no século 19 de sistema de produção. Deixo para a sua opinião concluir se este sistema era um sistema de *produção* ou um sistema de *restrição da produção!*”.

O espírito investigativo de Veblen o levou a pesquisar a fundo os mecanismos sociais que possibilitam aos *homens de negócios* imporem à coletividade sua lógica predatória. Neste percurso, ao contrário

do que o pensamento progressista de então apregoava, Veblen destacou a tendência das classes oprimidas de legitimarem os hábitos de comportamento dos seus opressores. Ao invés de se rebelarem, os oprimidos tendiam a se espelhar nos comportamentos sociais dos opressores.

Prestígio social e valor comercial

Veblen destacou que o valor *comercial* (o prestígio, o good-will) de uma peça de vestuário, e a provisória reputação que um usuário obtém pelo uso da mesma, decorrem do alto prestígio que se atribui a esta peça, por ela conter ou indicar: (i) elementos significativos de desperdício conspícuo; (ii) indicação de isenção de trabalho industrial e de serventia por parte do usuário; (iii) *estar na moda*; (iv) aderência da peça de vestuário a personalidades já previamente reputadas etc. Tal raciocínio seria válido não somente para peças de vestuário, mas para todos objetos considerados reputados ou nobres que estejam sendo expostos conspicuamente pelo usuário e que sejam de propriedade do mesmo. Estes elementos *comerciais* e honoríficos do vestuário (e dos demais objetos) indicam que o usuário possui capacidade pecuniária ou força pecuniária, isto é, habilidade de pagar, despende ou desperdiçar; e sendo estes os valores essenciais das sociedades pecuniárias, o que o usuário obtém, conseqüentemente, é valor ou apreciação comercial, reputação elevada, prestígio, ou good-will; e em última instância obtém ou eleva seu *crédito* junto à comunidade. Assim, o good-will atribuído à peça de vestuário (ou de outros produtos), eleva o good-will do usuário da peça, elevando então seu crédito individual e social, e possivelmente o seu *lucro* individual e social (intangível ou tangível).

Este *lucro* social ou individual, ou vantagem competitiva do indivíduo entre os demais, pode ser a elevação de *status* e respeito que ele obtém no grupo. Se for suficientemente astuto, ele conseguirá transformar este *status* em bens e propriedades tangíveis. Logo, o objetivo prioritário do indivíduo nas culturas competitivas é obter *crédito* e reputação para o processo de acumulação de propriedades e emulação pecuniária; e não fazer algo que seja objetivamente de serventia para si, para outrem, ou para o grupo.

O raciocínio que Veblen utiliza para explicar o comportamento e os objetivos latentes dos indivíduos nas culturas pecuniárias é semelhante ao raciocínio que utiliza para explicar o funcionamento das modernas corporações financeiras; e, a *fortiori*, de toda a civilização moderna: o valor comercial (elevado) de uma corporação, revelado ou indicado pelo preço elevado de suas ações nos mercados de capitais ou bolsas de valores, decorre, prioritariamente, do alto prestígio que ela obtém através de uma política deliberada de despesas conspícuas em autopromoção, marketing e propaganda; isto é, na elevação de seu good-will; e que inclui, evidentemente, os demais itens intangíveis (e alguns tangíveis e mesmo produtivos) para elevar este prestígio junto ao mercado e aos consumidores; sem esquecer ainda o efeito de elevação de prestígio e rentabilidade prospectiva que ela obtém pela aquisição ou compra de concorrentes, ou pela concretização de coligações astutas.

Em suma: (i) a exposição de propriedades e posses (reais ou virtuais); (ii) as despesas com propaganda e marketing; (iii) os relacionamentos conspícuos, regulares e empáticos com governos, políticos, clientes e/ou personalidades pecuniariamente decentes, clérigos, professores institucionalmente reputados, apresentadores de televisão, esportistas, artistas, cantores, modelos etc.; tudo que possa indicar ostentação conspícua de capacidade e potência pecuniárias, e conseqüentemente demonstração de poder; tudo isto eleva, naturalmente, o capital comercial, o crédito e a reputação das empresas, em um círculo vicioso de virtuosidade e resultados pecuniários.

Veblen sustenta que o objetivo latente de uma corporação moderna é elevar conspicuamente seus ativos intangíveis, o good-will e a reputação, para, ao projetar *rentabilidades* prospectivas crescentes, elevar seu capital comercial, e, portanto, os preços das suas ações nas bolsas de valores, vislumbrando o lançamento de novas ações nos mercados de capitais para a obtenção de novos capitais transferidos de terceiros. Dependendo dos interesses em jogo, pode também forçar flutuações de suas ações de acordo com os interesses de compra ou de venda. E tudo isto independentemente das conseqüências reais e objetivas destas prioridades comerciais para a plenitude da vida dos indivíduos ou da economia real.

No capitalismo corporativo financeiro, a capitalização mais importante para os *homens de negócios* é a capitalização de um rendimento prospectivo, embasado no good-will do negócio como um todo, calculado ou apreciado ao valor presente, e negociado através de *securities* nas bolsas de valores como uma *oportunidade*; ou, em última instância, e por outro ângulo, a capitalização de direitos a receber, mesmo que não sejam recebidos. Esta comercialização atinge seus patamares finais com as emissões sucessivas de novas ações e o recolhimento, para os empreendimentos, de parcelas pecuniárias extraordinárias que não se comparam, na maioria das vezes, com as quantidades pecuniárias que possam advir das operações normais ou *industriais* do empreendimento.

Em sociedades pecuniárias ou competitivas, o consumo, a posse de riquezas, a acumulação material etc., não se relacionam primacialmente ao fim ostensivo e objetivo das satisfações reais das necessidades individuais ou das necessidades que estes objetos satisfazem, mas sim são orientados pela motivação latente de emulação predatória ou pecuniária intersubjetiva, isto é, são orientados, primordialmente, por uma competição hostil-invejosa através da demonstração da capacidade de dispêndio e de desperdício conspícuos, para a obtenção ou elevação de *status*, aceitação social ou reconhecimento social. Logo, a função manifesta do consumo, isto é, a satisfação objetiva das reais necessidades, fica encoberta, subordinada ou sequestrada pela motivação latente de obtenção de *status*, através da demonstração conspícua da habilidade para despende.

Na medida em que o consumo não visa direta ou prioritariamente a satisfação objetiva das necessidades, e sim o prestígio e o ranqueamento social, vive-se uma situação histórica *sui generis*: nunca a espécie deparou-se com tamanha abundância material-econômica ou com uma potência produtiva tão extraordinária, mas a sensação psicológica ou espiritual é de uma escassez generalizada, mesmo nos países com distribuição de riquezas mais equilibrada. Como aponta Murillo, vive-se diuturna-

mente um *descontentamento* social e um desconforto psicológico, ou uma sensação quase que generalizada de carência, de frustração existencial econômica, mesmo nos momentos de elevação do padrão médio de soluções econômicas reais, de sobrevivência e de conforto. E este processo ininterrupto e habituado de emulação e de consumo conspícuo cristaliza gradualmente um fenômeno social adicional de grande relevância: a utilização dos itens consumidos como uma afirmação de pertencimento a uma comunidade portadora de determinados valores indicados pelos itens consumidos ou exibidos e também pelas respectivas marcas expostas, todos reconhecidos como honoríficos por aquele específico grupo social.

Ocorre um processo de tensão psíquica, de indecisão e desequilíbrio existencial, pois cada indivíduo passa a imaginar-se pertencendo não a uma específica comunidade, mas a várias tribos que se unem por valores fúteis. Os cidadãos-consumidores passam então a desenvolver múltiplas personalidades, em função dos objetos que portam e consomem e das marcas que exibem ou desejam, em cada grupo frequentado. Em suma, sofrem de transtorno dissociativo de personalidade ou transtorno de múltiplas personalidades. Os itens consumidos ou exibidos convertem-se, assim, em símbolos de identificação destas comunidades e símbolos de reafirmação destas pessoas em seus vários agrupamentos. Jamais alcançam, portanto, uma satisfação objetiva com o uso ou o consumo dos mesmos, pois as possibilidades de comparações, competições e identidades expandem-se sem qualquer vinculação direta com as potências materiais objetivas dos produtos (e serviços) para a satisfação de necessidades efetivamente relevantes.

Instinct of workmanship versus instinct of sportsmanship

Veblen recorda que nas fases iniciais do desenvolvimento da indústria mecânica moderna, enquanto os processos mecanizados achavam-se ainda isolados e possuíam pequenas escalas, os empresários eram os proprietários e os supervisores diretos dos equipamentos industriais (muitas vezes eram eles os próprios inventores ou inovadores), mas eram também os responsáveis pela supervisão das transações pecuniárias de seus negócios. Ou seja, era o cruzamento do perito industrial com o gestor contábil e financeiro. E era verdade que uma gestão eficiente de seus equipamentos industriais constituía o elemento precípuo do êxito financeiro do empreendimento.

Na medida em que a indústria mecanizada cresceu, em função das técnicas progressivamente mais complexas, e que a concatenação dos diversos processos industriais e dos mercados fizeram-se presentes, as conjunturas dos negócios tornaram-se mais variadas e mais sistêmicas. E assim, o sistema produtivo ficou cada vez mais suscetível de sofrer manipulações astuciosas por parte dos *homens de negócios*. O aspecto financeiro e pecuniário dos empreendimentos passou a exigir maior e constante atenção na medida em que surgiam possibilidades de lucros ou de prejuízos através de expedientes meramente comerciais, independentemente da eficiência industrial e tecnológica da empresa.

Estas circunstâncias acabaram fortalecendo, nos *homens de negócios* da época, uma espécie de espírito empreendedor. Estes *industriais* dos tempos originais passaram a focar as suas perspectivas de ganhos pecuniários nas possibilidades de intervenção nas conjunturas dos negócios, dando origem ao investimento sistemático com fins meramente lucrativos. Ou seja, o objetivo precípua dos *homens de negócios* transladou-se da anterior gerência de determinado processo industrial para uma perspicaz redistribuição de investimentos; de empresas menos lucrativas para outras mais pro-fíceas, e também para o controle estratégico das conjunturas comerciais através de investimentos e coligações com outros *homens de negócios*.

Como o moderno sistema industrial demanda uma concatenação de processos e dos empreendimentos produtivos, a perturbação do delicado equilíbrio deste sistema em qualquer ponto significa vantagem ou desvantagem para um ou vários controladores dos subprocessos desta rede produtiva. Por exemplo, em uma crise industrial, uma perturbação aparentemente de pouco significado pode tornar-se uma perturbação generalizada. Assim, os canais por onde as perturbações são transmitidas são as operações financeiras efetuadas pelos *homens de negócios*. Estes ajustes realizam-se através de transações pecuniárias, e estas são levadas a cabo pelos *homens de negócios* com o objetivo de lucros, e não com finalidades industriais.

Afinal, os interesses pecuniários dos *homens de negócios* não coincidem necessariamente com a conservação permanente do equilíbrio industrial. Muitas vezes é de seu interesse que o fluxo natural necessário à conservação eficiente do sistema industrial sofra perturbações, pois podem obter lucros superiores com os próprios desajustes deste sistema mecânico integrado. Por exemplo, os jogadores *vendidos* dos mercados de capitais torcem e/ou manipulam os mercados, regularmente, para que a conjuntura econômica seja recessiva, pois os ganhos de suas apostas nos mercados de valores dependem de um claro declínio do nível geral dos preços (dos ativos) e de uma recessão (pelo menos em seus segmentos de apostas). E os apostadores que estão em posições de *comprados* fazem exatamente o inverso. Para os *homens de negócios* é assunto de menor importância saber se a sua maneira de agir afeta o sistema industrial benéfica ou prejudicialmente. Seus lucros ou perdas acham-se relacionados, em muitos casos, à magnitude dos desequilíbrios que ocorrem, ou que eles mesmos geram, mais do que à sua influência sobre a prosperidade da comunidade.

As habilidades dos homens de negócios estão relacionadas às estratégias financeiras, às transações comerciais e pecuniárias, e aos acordos e alianças de negócios com os demais parceiros. Um estado crônico de perturbação do sistema industrial pode efetivamente ser a meta de alguns grandes *homens de negócios*, desde que obtenham compensações e lucros desta situação. Veblen diz que este estado crônico de perturbação é tão comum e praxe normal dos negócios modernos, que não chega sequer a despertar atenção particular. Quando estas *jogadas* predatórias são compensadas com grandes resultados pecuniários, acabam provocando até mesmo a inveja, a emulação, ou a admiração de vários outros indivíduos e *homens de negócios* devidamente aculturados com estes expedientes predatórios.

Até o fim de sua vida, Veblen permaneceu cético quanto às possibilidades concretas de que houvesse uma revolução social capaz de abolir a exploração e as injustiças praticadas pelos seres humanos. Tal ceticismo não o impediu, no entanto, de aprofundar sua reflexão crítica, sinalizando que um ordenamento social mais fraterno, harmônico e socialmente eficiente seria possível caso houvesse disposição coletiva de implementá-lo.

Afinal, de acordo com Veblen, possuímos uma repugnância natural pelo desperdício e somos dotados com propensões e forças que nos dão satisfação em trajetórias de eficiência. Veblen designou esta propensão de *instinct of achievement*, *instinct of accomplishment* ou *instinct of workmanship*. Conforme sublinha Murillo, esta propensão possui correspondência com o que em psicologia se chama de *need for closure* (necessidade de finalização). Isto é, nossos instintos mais objetivos de busca por eficiência e economicidade conduzem o comportamento humano a tomar a direção mais funcional e eficiente possível.

Por que então é possível convivermos com ineficiências, contrariando nossos sentidos, propensões e instintos mais profundos? A resposta inicial de Veblen é que as instituições predatórias ou competitivas, isto é, os *hábitos de pensamento* competitivos de uma comunidade, obscurecem a visão de quão deformada é aquela configuração ou comportamento. Assim, as configurações ou comportamentos ineficientes acabam dando a impressão de que tais configurações e/ou comportamentos são eficientes. Isto é, *funcionam bem* naquele específico quadro predador, uma vez que ganhamos eficiência, sucessivamente, na repetição destes comportamentos, pois fazemos melhor aquilo que fazemos habitualmente.

Em outras palavras, não podemos confundir a habilidade em proceder com uma configuração ineficiente e a eficiência do próprio ato ou da própria coisa em si. Conforme aponta Murillo, não é por que uma pessoa sabe fazer eficientemente, rapidamente, ou habilmente uma determinada tarefa que o resultado desta tarefa é a melhor alternativa para o coletivo. Ser um *assassino eficiente* e hábil não implica na assertiva de que este ato predador é de serventia (embora a *eficiência* deste ato predador esteja satisfazendo o próprio *instinct of achievement*, pois este instinto busca sempre *eficiência*, independentemente do quadro institucional ou da meta estabelecida). Da mesma forma, obter grandes sucessos mercantis e de vendas de certo produto ou objeto pernicioso à saúde não significa dizer que este objeto ou produto seja de serventia para os indivíduos e/ou para a comunidade.

Entretanto, como destaca Murillo, a compreensão e a resposta mais profunda da indagação acima é a resposta mais complexa de Veblen sobre o seu esquema teórico. Significa compreender que o *instinct of workmanship* ou *instinct of achievement* é uma propensão para atingir fins determinados com eficiência, independentemente do quadro institucional prevalecente ou independentemente da meta estabelecida por outros impulsos ou objetivos. E esta é uma das maiores dificuldades de compreensão desta propensão essencial da teoria de Veblen: se este *instinct of achievement* for satisfeito em um quadro institucional predatório, manter-se-á deformado e irá expressar-se como um *instinct of sportsmanship* ou *salesmanship*, ou emulação pecuniária; e tão logo o quadro institucio-

nal seja menos competitivo ou predatório – ou as metas estabelecidas sejam menos predatórias – ele atuará mais livremente e voltará a expressar-se em sua forma pura para os fins últimos da vida.

Em um quadro institucional competitivo ou predador, onde prevalecem a propriedade individual e o auto interesse, ser eficiente implica em atuar buscando *sucesso* nas expressões e nos hábitos arraigados destas sociedades predatórias ou competitivas. Implica na aquisição, consumo e acumulação pessoal para a demonstração de habilidade (de um indivíduo) para desperdiçar. Como se diz em psicologia, tendemos, por necessidade ou instinto, a completar ou finalizar metas determinadas (*need for closure*), independentemente do peso e direção destas metas. Portanto, temos que fazer sempre *algo* e tendemos a encerrar ou finalizar estas metas; e ademais, tendemos a atingi-las com eficiência.

Passividade, planejamento e eficiência na administração pública

Murillo recorda que entre as pautas dos movimentos progressistas, contemporâneos à vida adulta de Veblen, destacava-se o chamamento por maior eficiência nas ações governamentais. Argumentava-se que os governos deveriam ser conduzidos por profissionais e administradores treinados e especializados em suas funções de servidores do Estado. Esta ideia de eficiência administrativa culminava em outro debate da época, que era a necessidade de uma centralização maior do poder decisório dos governos, exatamente para poder aplicar e implementar métodos mais racionais e eficientes. Os governos deveriam ser reorganizados e ajustados, inclusive nos níveis locais ou municipais, para adequarem-se a esta proposição de maior eficiência e racionalidade. Assim, as propostas de maior centralização eram frequentemente associadas com as de planejamento e elevação da profissionalização dos governantes e administradores públicos. Acreditava-se que esta busca por eficiência e racionalidade contribuiria para a redução da corrupção e dos desperdícios e ineficiências a ela associados.

Entretanto, esta busca por maior eficiência e centralização dos poderes governamentais chocava-se com outras proposições igualmente progressistas, de elevação e expansão do processo democrático. Retirar poder das mãos dos políticos eleitos e colocá-lo nas mãos de uma administração eficiente poderia reduzir a possibilidade de intervenção e controle da própria população sobre estas decisões. Ou seja, a elevação da centralização do poder decisório, enfraquecendo os poderes locais, poderia levar os governos a se distanciarem ainda mais dos anseios da sociedade. Murillo ressalta que os progressistas que enfatizavam a busca de eficiência no governo defendiam a opinião não muito simpática de que uma classe especial de administradores treinados e eficientes talvez soubesse melhor do que a população o que era mais adequado e necessário para ela do que a *opinião* da própria população sobre estas questões.

Acreditava-se que a administração pública, utilizando um planejamento centralizado, deveria ficar à margem da política. Funcionários públicos especializados deveriam exercer o poder decisório, retirando o poder das mãos dos políticos. Uma vez divorciado das vicissitudes políticas, o especialista

poderia livremente exercitar a sua racionalidade em prol do bem estar geral. Poderia eficientemente administrar as atividades de planejamento do Estado. Ideologicamente neutros, suprapartidários, e cientificamente treinados, os especialistas poderiam trazer a inteligência profissional para a solução de problemas sociais, de forma que os políticos profissionais eram incapazes de fazer.

A mobilização do esforço da primeira guerra mundial (1914-1919) elevou o entusiasmo e a esperança destas correntes progressistas estadunidenses que pregavam um sistema administrativo governamental centralizado, planejado e comandado por especialistas, uma vez que o esforço de guerra elevou o suprapartidarismo e obrigou um planejamento econômico a nível nacional como nunca antes ocorrido naquele país. A administração pública, no tempo da guerra, exigia eficiência, planejamento, ordem e logística competente. A experiência dos anos de conflito militar gerou, assim, um crescente interesse no planejamento governamental. E muitos se perguntavam se havia alguma razão para que tais procedimentos, bem sucedidos durante a guerra, não pudessem ser igualmente válidos nos tempos de paz.

Neste ambiente, especialmente entre os profissionais de engenharia, crescia o sentimento de que era possível se desvencilhar da lógica dos *homens de negócios*. Em seu nono livro, *The Engineers and the Price System*, de 1921, Veblen discorre sobre esse debate. O economista estadunidense alertava para a necessidade de distinção entre *negócios (business)* e *indústria (industry)*. A *indústria* consistiria no esforço direcionado pelo homem para elevar a produção de itens de serventia (bens e serviços) para a vida humana. Seus valores são o bem comum, a cooperação, a paz e o trabalho eficaz, metódico, econômico. Os *negócios*, por sua vez, pela sua própria natureza e lógica, lidam com ganhos pecuniários, com a maximização de vantagens e lucros individuais, o desperdício, a coerção, a predação, a hostilidade e a astúcia para a obtenção de vantagens privadas ou particulares. Ao contrastar *business* com *industry*, Veblen explicou-os, desde o seu primeiro livro, como sendo a atualização moderna de uma evolução histórica.

Assim, os comportamentos e as práticas da classe ociosa contemporânea, isto é, dos *homens de negócios*, seriam a atualização das práticas e dos comportamentos dos homens predatórios dos estágios primordiais da barbárie. Estes valores arcaicos que as classes ociosas trazem de longa data para os tempos presentes, por habituação e institucionalização, entram em conflito e oposição com as características objetivas e eficientes que qualificam e habilitam as atividades relacionadas à *indústria*, características estas mais profundas e ancestrais da natureza humana. Os hábitos pecuniários dos negócios (*business*) serviriam à aquisição de riquezas, à exploração e à predação. Os da *indústria* estariam relacionados à produção e à serventia para a comunidade e os indivíduos. Para Veblen, a evolução da indústria mecânica moderna estava erodindo as bases e as instituições das classes ociosas predatórias, pois a disciplina da produção mecanizada moderna, altamente objetiva e tecnológica, não permite a intrusão de desordens em seu funcionamento.

Conforme argumenta Murillo, as conclusões lógicas da teoria de Veblen apontam para uma proposta de ordem social e econômica eficiente, racional e organizada, coordenada e administrada por um

conjunto de especialistas, engenheiros ou técnicos, pois a ordem produtiva mecânica moderna exigiria, por força de sua disciplina, de sua lógica e de funcionamento, a intervenção precisa para ajustes objetivos que os especialistas estariam mais habilitados para compreender e executar.

Na época vivida por Veblen já saltava aos olhos a disparidade entre as necessidades industriais da comunidade e as práticas dos *homens de negócios* de sabotarem suas próprias indústrias para manterem preços elevados. Ao apontar estas ineficiências e desperdícios, que elevavam sobremaneira o preço final de muitos produtos, Veblen percebia que o sistema industrial, sob o comando dos *homens de negócios*, estava alcançando um ponto crítico. Para Veblen, era claro que qualquer mudança significativa no rumo da economia moderna deveria passar pela tomada de consciência dos especialistas e dos engenheiros acerca de suas posições estratégicas e essenciais na ordem produtiva industrial.

Como aponta Murillo, Veblen oferecia três explicações sobre o poder potencialmente revolucionário dos técnicos e dos engenheiros na ordem industrial tecnológica moderna: (i) os técnicos e os engenheiros detinham posição estratégica com relação aos meios produtivos. Eles incapacitariam a produção industrial geral de forma mais rápida e eficiente do que qualquer outro grupo; (ii) seriam mais fáceis de organizarem-se em um quadro revolucionário, pois o seu número era proporcionalmente diminuto, eram mais homogêneos e as suas identidades profissionais eram bem definidas; e (iii) eram os únicos grupos capazes de organizar e colocar em funcionamento o sistema industrial após uma revolução.

Todavia, ao contrário do que sugerem os críticos, Veblen não acreditava na possibilidade de uma revolução sob o comando de uma elite de engenheiros e técnicos nos Estados Unidos. Seja em sua época, seja no futuro próximo. Afinal, assim como o conjunto da sociedade estadunidense, também os engenheiros aceitavam passivamente a subserviência em relação aos *homens de negócios*. Para embasar essa constatação, Murillo recorda que Veblen chegou a afirmar que: “Por hábitos arraigados, os técnicos, os engenheiros, e os especialistas industriais são, nos Estados Unidos, uma espécie dócil e inofensiva!”.

Um século após a publicação dos escritos de Veblen, notamos que o eixo central de suas análises continua válido. De um lado, uma pequena minoria de *mulheres e homens de negócios* envolvidos nas mais criativas falcatruas exibe espantosa capacidade de obter ganhos pecuniários à custa da coletividade. De outro lado, uma grande maioria de mulheres e homens trabalhadores, mais ou menos especializados, exibe incrível capacidade de subserviência. É impossível prever por quanto tempo a tendência à resignação e à apatia seguirá pautando os padrões de comportamento dos técnicos e especialistas. Mais do que isso: não há nenhuma evidência empírica de que a humanidade esteja caminhando rumo à reversão desta dinâmica.

Afinal, a simples revolta contra “a política” e “os políticos” por si só não resolve o problema, pois é justamente na arena política que os indivíduos especializados em distintos saberes se veem desafiados a saírem das suas zonas de conforto e se permitirem, por meio do diálogo colaborativo, construir soluções coletivas para os problemas coletivos. Caso contrário, o que prevalece é a resignação e o individualismo exacerbado que caracterizam o triste mundo dos certos.

Seguir a trilha analítica proposta por Veblen, resistindo à tentação de contrapor o saber especializado e a boa política, é uma ótima pedida para desvendarmos alguns dos mecanismos sociais, econômicos e psicológicos que fazem com que a massa trabalhadora, ao invés de se rebelar, tenda a se deixar persuadir pelos instrumentos de convencimento astutamente manejados pelos seus algozes. O livro do professor Murillo Cruz nos oferece relevante suporte nesta direção ao apresentar de forma didática as ideias centrais desenvolvidas pelo filho de fazendeiros noruegueses que ousou confrontar com inegável competência e originalidade certos dogmas das ciências sociais que ainda hoje instrumentalizam a perpetuação de práticas de dominação e controle social.